

EDITAL DE INSCRIÇÃO (RESUMO EXPANDIDO) - PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EDUCAÇÃO

EDUCADORES E FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA.

Dayane Romero Cussolim Manthay (nanemero@yahoo.com.br)

Airton Rodrigues (airton.rodrigues@metodista.br)

Dayane Romero Cussolim Manthay.

Orientador Prof. Dr. Airton Rodrigues

dayanercmanthay@gmail.com

Mestrado em Educação 2º Semestre

Faculdade Metodista de São Paulo UMESP.

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca da importância da parceria entre educadores e famílias no processo de inclusão de crianças neurodivergentes na Educação Infantil, especialmente aquelas com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa parte da premissa de que, apesar dos avanços nas políticas de inclusão, a participação efetiva da família ainda não ocorre de maneira plena, o que representa um dificultador para que a inclusão escolar se concretize em sua totalidade. Tal ausência repercute diretamente no cotidiano das escolas e, sobretudo, no desenvolvimento das crianças, que deixam de usufruir de práticas pedagógicas equitativas e de uma aprendizagem significativa, pois em muitos casos a escola não tem em mãos o laudo da criança, ou quando o têm algumas famílias não trazem para a escola

informações importantes como; quais estratégias usar como meio de comunicação, preferências e alimentação, quando se é seletivo.

No cenário contemporâneo, as discussões sobre diversidade e inclusão ganham cada vez mais relevância, ainda que as redes de ensino enfrentem desafios para lidar com tais questões. Conforme Machado (2009), mesmo diante de alguns avanços, ainda é necessário compreender de que maneira a inclusão tem ocorrido na prática e quais barreiras persistem nesse processo. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, já assegura o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Além disso, a obrigatoriedade da matrícula de crianças a partir dos quatro anos de idade reforça a responsabilidade das unidades escolares em pensar, junto com a Secretaria de Educação, em estratégias eficazes para a efetivação da inclusão.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender a importância da família como parceira da escola no processo de ensino-aprendizagem. Lopes (2013) enfatiza que uma gestão educacional comprometida com a qualidade deve ter como princípio a participação de todos os envolvidos na tomada de decisões. Entretanto, observa-se que, em muitos casos, as famílias ainda se ausentam desse processo, delegando exclusivamente à escola a responsabilidade pelo desenvolvimento educacional da criança. Essa lacuna, segundo os relatos de educadores, gera dificuldades na implementação de práticas inclusivas, sobrecarrega professores e limita o alcance das ações pedagógicas.

Um dos principais desafios vivenciados pelas escolas é a inclusão de crianças com TEA, condição classificada no DSM-5 como um transtorno do neurodesenvolvimento, marcado por déficits em dimensões sociocomunicativas e comportamentais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Muitas vezes, as diferenças se tornam mais evidentes no espaço escolar, o que exige dos educadores uma prática sensível, capaz de reconhecer as especificidades de cada criança e ao mesmo tempo respeitar os marcos de desenvolvimento da faixa etária. Nessa perspectiva, investigar como ocorre a relação entre escola e família, e quais impactos sua ausência pode acarretar, é uma tarefa que se torna essencial.

A pesquisa proposta será de abordagem qualitativa, incluindo pesquisa bibliográfica, e entrevistas narrativas com professores da Educação Infantil. Para Lakatos e Marconi (2007), a pesquisa bibliográfica permite o aprofundamento teórico sobre a temática, enquanto Passegi (2010) destaca a

relevância das narrativas como instrumentos de valorização da experiência docente, possibilitando a reflexão e a construção de identidades a partir das histórias vividas. As entrevistas semiestruturadas, realizadas com dez professores da rede pública, fornecerão dados que permitirão compreender de que maneira os educadores percebem a participação ou ausência da família e quais estratégias consideram possíveis para sensibilizar os responsáveis em relação ao papel que lhes cabe.

O estudo se justifica por evidenciar as implicações práticas e emocionais que a ausência da família acarreta na escolarização de crianças com deficiência. Dados do Censo Escolar do Inep revelam o crescimento significativo de matrículas de alunos público-alvo da Educação Especial em classes comuns, que entre 2005 e 2015 aumentaram de 114.834 para 750.983 estudantes. No entanto, esse avanço quantitativo não garantiu, por si só, uma inclusão de qualidade, pois ainda persistem barreiras como a falta de formação dos professores, turmas numerosas, carência de recursos pedagógicos e a pouca participação das famílias (FREITAS, 2022).

Os resultados esperados apontam para a possibilidade de identificar práticas eficazes de parceria entre educadores e famílias, além de suscitar reflexões que fortaleçam a formação docente e promovam estratégias inclusivas mais efetivas. Pretende-se, ainda, contribuir para que a escola seja reconhecida pelas famílias não apenas como um espaço de apoio, mas principalmente como um lugar de aprendizagem e desenvolvimento, em que a corresponsabilidade se faz essencial. Nessa direção, Santos (2014) e Favarato (1990) reforçam que a gestão democrática e participativa, quando associada a práticas de sensibilidade social, amplia as possibilidades de transformação da realidade escolar.

Assim, acredita-se que este estudo contribuirá para um debate acadêmico e social mais consistente sobre a importância da corresponsabilidade entre família e escola na Educação Infantil Inclusiva. Ao iluminar os desafios e potencialidades dessa relação, a pesquisa pretende oferecer subsídios para práticas pedagógicas mais humanas, para a consolidação de políticas públicas efetivas e para a construção de uma escola que seja, de fato, inclusiva, democrática e comprometida com o direito de todas as crianças a aprender e se desenvolver em plenitude.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FAVARATO, M. E. C. S. Aspectos psicológicos da criança portadora de cardiopatia congênita: problemas ligados à hospitalização. In: ROMANO, B. W. Psicologia aplicada à cardiopatia. São Paulo: Fundo Editorial BYK, 1990. p. 79-85.

FREITAS, M. C. Deficiência e diversidade: educação inclusiva e o chão da escola. São Paulo: Cortez, 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, A. P. C. Gestão escolar. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins – SP, 2013.

MACHADO, R. Educação especial na escola inclusiva: políticas, paradigmas e práticas. São Paulo: Cortez, 2009.

PASSEGI, L. F. A pesquisa narrativa na formação de professores: um caminho para a diversidade. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. F. Gestão democrática e participativa na visão de professores de uma escola municipal de Ibaiti/Paraná. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, 2014.

Palavras-chave: educadores; família; educação infantil; inclusão.